



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LEANDRO SOUTO OLIVEIRA**

**ANÁLISE DO GRAU DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS  
LISTADAS NA B3 NO SEGMENTO DE BANCOS**

**CAMPINA GRANDE**

**2023**

LEANDRO SOUTO OLIVEIRA

**ANÁLISE DO GRAU DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS  
LISTADAS NA B3 NO SEGMENTO DE BANCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de conclusão do curso em ciências contábeis.

**Área de concentração:** Governança Corporativa

**Orientador: Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48a Oliveira, Leandro Souto.  
Análise do grau de governança corporativa em empresas listadas na B3 no segmento de bancos. [manuscrito] / Leandro Souto Oliveira. - 2023.  
27 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.  
"Orientação : Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

1. Bancos . 2. B3. 3. Governança corporativa. I. Título  
21. ed. CDD 657.6

LEANDRO SOUTO OLIVEIRA

**ANÁLISE DO GRAU DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS  
LISTADAS NA B3 NO SEGMENTO DE BANCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de conclusão do curso em ciências contábeis.

**Área de concentração:** Governança Corporativa

Aprovada em: 23/11/2023



---

Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Me. Amanda Paulino Soares  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Me. Kamilla Alves Barreto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 REFERÊNCIAL TEORICO .....</b>	<b>7</b>
2.1 Governança corporativa .....	7
2.2 Contexto histórico da governança no mundo e no Brasil.....	7
2.3 Os princípios básicos da governança corporativa .....	9
2.4 Bancos e sua importância para o desenvolvimento econômico e social .....	10
2.5 B3 – Brasil, Bolsa e Balcão.....	11
2.6 Estudos relacionados .....	13
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
3.1 Coleta de dados.....	15
3.2 Check-list e variáveis analisadas .....	15
<b>4 RESULTADO E DISCURSÕES .....</b>	<b>17</b>
4.1 Desempenho geral dos Bancos .....	17
4.1.1 Desempenho geral das variáveis.....	18
4.2 Comparação entre bancos com nível diferenciado (CN) e empresas sem nível diferenciado (SN).....	19
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>24</b>

## ANÁLISE DO GRAU DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO SEGMENTO DE BANCOS

<sup>1</sup>Leandro Souto oliveira

### RESUMO

O objetivo geral da pesquisa é analisar o grau de evidenciação de divulgações sobre governança corporativa das empresas listadas na B3 do setor financeiro, subsetor de intermediários financeiros, do segmento de Bancos no ano de 2022. Além disso, possui objetivo específico de investigar se empresas com níveis diferenciados (CN) possuem maior grau de GC em comparação com empresas que não possuem níveis diferenciados (SN). A análise foi feita por meio de um *checklist* adaptado de Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021), que possui 19 perguntas e utiliza-se o método binário para o preenchimento que consiste na atribuição de 1 para a variável existente e 0 para ausência da variável. Para a coleta de dados foram utilizados demonstrações financeiras e relatórios das empresas disponíveis no site da B3 e do site de relação com os investidores das empresas. A seleção das empresas se deu por meio da estratificação do setor financeiro, subsetor de intermediário financeiro e segmento de bancos da B3, totalizando em uma amostra composta por 26 empresas. A metodologia utilizada para análise foi através de técnicas de estatística descritiva. Quanto aos resultados das pontuações gerais das empresas a pesquisa evidencia que os bancos apresentam média de 17,23, em termos percentuais representa 90,68%, reflete um déficit quanto à governança corporativa do setor, ela precisa ser melhorada, pois são sociedades anônimas de capital aberto, além disso, possuem alto grau de importância para a economia do país. Já com relação as comparação entre pontuações de empresas com níveis diferenciadas e empresas que não possuem níveis diferenciados foi identificado que as empresas CN obtiveram médias mais altas em comparação com empresas que não possuem níveis diferenciados, por meio dessa comparação é possível afirmar que os bancos SN possuem maior grau de governança em comparação com as empresa SN.

**Palavra-chave:** Bancos; B3; governança corporativa.

### ABSTRACT

The general goal of the research is to analyze the degree of shreds of evidence of disclosures on corporate governance of companies listed on B3 in the financial sector, the subsector of financial intermediaries, in the Banking segment in the year 2022. Furthermore, it also has specific targets of investigating whether companies with differentiated levels (CN) have a higher degree of CG in comparison to companies that do not have differentiated levels (SN). The analysis was carried out using a checklist adapted from - Barroso, Vianna, Queiroz, and Felix (2021) - which

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis – UEPB. E-mail:soutoleandro11@gmail.com

has nineteen (19) questions and uses the binary method to complete it, which consists of assigning one (1) to the existing variable and zero (0) to the absence of the variable. To collect data, financial statements, along with the company reports available on the B3 website and the company's investor relations website were used. The selection of the companies took place through stratification of the financial sector, financial intermediary subsector, and B3 banking segment, totaling a sample consisting of twenty-six (26) companies. Hence, the methodology used for analysis was through Descriptive Statistics. Regarding the outcomes of the companies' general scores, the research results present that banks have an average of 17.23 in percentage terms, which represents 90.68% and that reflects a deficit in terms of corporate governance in the sector, meaning that it needs to be improved since they are publicly traded corporations, moreover, they have high levels of importance for the country's economy. Therefore, In regards to the comparison between the scores of companies with differentiated levels and companies that are perceived as not having differentiated levels, it was identified that - CN - companies obtained higher averages compared to companies that do not have differentiated levels, through this comparison, it is possible to affirm that - SN - banks have a higher degree of governance compared to - SN - companies.

**Keywords:** Banks; B3; corporate governance.

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica, o uso de redes, a influência externa e interna fruto da globalização e os diversos escândalos financeiros, modificaram o mundo empresarial, pressionaram as empresas a se adequarem e estarem preparadas para atender as necessidades dos mais diversos tipos de cenário, passando a sofrer influência de outros países, obrigando-as a se adequarem aos mais diversos tipos de necessidades internacionais para poder sobreviver, ganhar vantagem competitiva e aumentar seu nível de credibilidade dentro do mercado.

Nos EUA ocorreram diversos casos de fraudes, como o da empresa Enron, WorldCom, Tyco, Xerox, que segundo Silva, Filho e Venturi (2019) ocasionaram uma grave crise de confiança no mercado financeiro, junto com outros acontecimentos negativos como a necessidade de realização Programa de Estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER) e a liquidação de grandes bancos privados pelo Banco Central, em contrapartida a toda essa crise de confiança no mercado financeiro o país precisou desenvolver uma resposta para regulamentar, trazer mais transparência, confiança e segurança para as informações publicadas, isso se deu através da legislação e dos princípios da governança corporativa (GC).

Segundo Belém e Gartner (2016) os bancos possuem grande importância para o funcionamento do sistema econômico, sendo fundamental para o crescimento e funcionamento econômico do país. Alguns estudos identificam alguns benefícios do banco para a economia e desenvolvimento (SAMPAIO; BARBOSA, 2020; FERRAZ ALÉM; MADEIRA, 2013; DUBENA; SÉLLOS-KNOERR, 2014; SILVA, 2011; SILVA, 2006; OTAKE, 2017; DE JESUS, 2014).

Dando continuidade a esta discussão na academia, este trabalho pretende responder à seguinte questão: Qual o grau de divulgação de informações de governança corporativa em empresas listadas no setor financeiro, subsetor de intermediários financeiros do segmento de bancos da B3, no ano de 2022?

O presente trabalho tem o objetivo geral de analisar o grau de evidenciação de divulgações sobre governança corporativa das empresas listadas na B3 do setor financeiro, subsetor de intermediários financeiros, do segmento de Bancos no ano de 2022; além disso, possui os seguintes objetivos específicos: a) Elencar informações sobre governança corporativa dos bancos listados na B3 b) Comparar a relação entre o grau de divulgação e os níveis de segmentos pertencentes a cada empresa c) utilizar critérios metodológicos para analisar o grau e qualidade dos princípios da governança corporativa.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de trazer informações acerca de um setor que contribui diretamente para a economia do país, visando obter resultados a fim de entender se é satisfatório o grau evidenciação dos princípios de governança corporativa de tais empresas. Além disso, essa pesquisa visa agregar mais conhecimento para a área, analisando um setor que até então não foi analisado dentro dessa perspectiva.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, no tópico dois, será apresentada o referencial teórico que será dividido nos seguintes tópicos: governança corporativa, Bancos e sua importância para o desenvolvimento econômico e social, B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e estudos correlacionados. No tópico três, estarão os procedimentos metodológicos utilizados. No tópico quatro a descrição e análise dos resultados e por último, serão apresentadas as considerações finais.

## 2 REFERÊNCIAL TEORICO

### 2.1 Governança corporativa

A governança é um tema que vem sendo discutida ao longo dos anos com forte influência das mudanças incorridas no mundo que impactam diretamente na formulação, discursão e aplicação de seus princípios em organizações, a literatura traz algumas definições da governança corporativa.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) define a governança corporativa como práticas que visam aperfeiçoar o desempenho das empresas protegendo todas as partes interessadas. Além disso, ela tem suas práticas atreladas a três pilares principais: a transparência, a equidade de tratamento dos acionistas e a prestação de contas (CVM, 2002, p.1).

A OCDE (1999) define que a GC envolve a relação entre todos os *stakeholders* (partes interessadas) de uma organização, e por meio dela são estabelecidos os objetivos da empresa, assim como os meios para se alcançarem os objetivos, além de ser utilizada como forma de monitoramento do desempenho da organização. A ISO 9000 (ABNT, 2015) define parte interessada como “pessoa ou organização (3.2.1) que pode afetar ser afetada ou se perceber afetada por uma decisão ou atividade”, ou seja, está relacionado aos mais diversos tipos de usuários, como clientes, colaboradores, gestores, acionistas, órgãos de fiscalização e diversos outros usuários da contabilidade,

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) traz a definição da governança associada à definição da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE, sigla em português) e CVM, ele define a GC como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas envolvendo as relações entre todos os *stakeholders*. A boa prática de governança alinha interesses como forma de preservação e otimização do valor da organização, refletindo na maximização da gestão, na longevidade e no bem comum (IBGC, 2015, p. 20).

Dias (2010) afirma que a governança atua como forma de proteção das partes interessadas e com a criação de condições mais favoráveis para o desenvolvimento do negócio, através disso pretende-se dar maior transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas, Efeiche (2009) complementa que o conceito de governança corporativa aplica se na transparência da organização como o objetivo de torná-las mais atrativas, e não apenas melhorar o seu acesso ao mercado financeiro.

### 2.2 Contexto histórico da governança no Brasil e no mundo

Giacomelli et al.(2017) afirma que a governança corporativa surgiu como respostas aos diversos problemas advindos do sistema econômico capitalista.

O desenvolvimento da governança se deu principalmente a partir dos anos 80, basicamente em decorrência do gigantismo das corporações com a pulverização do capital e das assimetrias entre a propriedade do acionista (principal) e gestão (agente), materializadas na forma de conflitos de agência (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

Andrade e Rossetti (2014) afirma que o desenvolvimento da GC se deu principalmente a partir dos anos 80, com os crescimentos das organizações, da sua diversificação de acionista e demais partes interessadas e das divergências entre acionista (principal) e a gestão (agente), culminado nos conflitos de agência.

Segundo Nassif e Souza (2013) os conflitos de agência ocorrem quando os administradores priorizam seus próprios interesses, conflitando com os interesses dos acionistas, sendo assim a GC nasce como solução para esse problema.

O autor Andrade e Rossetti (2014) define quatro importantes marcos históricos que culminaram no surgimento, discussão, desenvolvimento da governança corporativa:

O primeiro evento ocorre por volta dos anos 80, quando Robert Monks observou conflitos de interesse em empresas americanas, em que os executivos atuavam em prol de seus próprios interesses dentro da organização. O autor leciona que esses interesses estavam apenas vinculados com a ideia de benefício próprio, sem se preocupar com o desenvolvimento da empresa, deixando de lado os interesses dos acionistas e as outras partes interessadas, ele posteriormente destaca que empresas que envolvem todas as partes interessadas e que possuem algum tipo de regulamentação dos *stakeholders* tem uma maior propensão de crescimento do que empresas que possuem o controle centralizado na diretoria da organização, e, além disso, torna se mais confiável e menos propenso que ocorra atos corruptos (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

O segundo evento ocorreu em 1992, com o relatório Cadbury, em 1992, que foi publicado em resposta a reclamações sobre atos corruptos e abusivos envolvendo o conselho de administração de diversas empresas (ANDRADE; ROSSETTI, 2014). Segundo Silva (2014) este documento trata diversas questões como a constituição de comitê de auditoria (para aconselhar o conselho como forma de garantir transparência e clareza na prestação de dados ao mercado), de nomeação e de remuneração; importância e responsabilidade dos conselheiros; recomendações sobre composição, estilo de trabalho e normas de funcionamento do conselho como forma de regulamentar e diminuir riscos de atos fraudulentos por parte dos gestores ou outras partes interessadas.

O terceiro evento ocorreu em 1990, com os princípios da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE, sigla em português), que entende a governança como elos entre os objetivos de desenvolvimento dos mercados, das corporações e das nações, e posteriormente, em 1998, cria um departamento exclusivo para tratar questões sobre a governança corporativa com objetivo de definir suas melhores praticas, causando impacto mundial, e influenciando os países a utilizarem esses princípios como parte para a elaboração de seus documentos de boas praticas de governança (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

O quarto evento ocorreu em 2002 com a criação da lei estadunidense SarbanesOxley, que foi promulgada como resposta aos diversos escândalos financeiros da época que envolvia grandes organizações, tendo como principal objetivo trazer uma maior credibilidade e aumentar a confiança dos acionistas com relação ao mercado financeiro que estava marcado devido aos diversos casos de fraudulentos da época. Essa lei obteve êxito quanto ao seu objetivo, além disso, fomenta o desenvolvimento e aplicação de boas práticas de governança em diversos países do mundo até os dias atuais (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

Após diverso marcos e a SOX, as práticas de governança ganharam força de lei nos EUA, e se expandiu ao redor do mundo, tanto em países desenvolvidos, como em países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil (GONZALES, 2012, p.35).

Silveira (2015) afirma que no Brasil os conflitos de interesse se intensificaram com o crescimento das empresas e com a integração de novos sócios (investidores ou herdeiros), a GC surge como uma alternativa de monitoramento com viés voltado

para o alinhamento entre interesse dos administradores e o da empresa, garantindo uma maior longevidade e bem comum.

Em 1995, em decorrência da privatização, abertura do mercado nacional, e influência dessa nova tendência mundial (a governança corporativa), foi fundado no Brasil o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), posteriormente, em 1999, passou a ser chamado de O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (IBGC, 2015).

A IBGC nasce com o objetivo de padronizar e nortear as empresas a fim de alinhar tais organizações as melhores práticas de governança. Em 1999, ela cria o primeiro código das melhores práticas de governança corporativa (SILVEIRA, 2015). Este código tem como pauta questões sobre gestão e tomada de decisão nas organizações, além disso, enfatiza que elas precisam ter alguns pilares, como a ética, a transparência, impactos aos stakeholders, análise e avaliação sobre a exposição a riscos (gestão de riscos), o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social da organização (IBGC, 2015).

### 2.3 Os princípios básicos da governança corporativa

A governança corporativa possui alguns princípios que servem como alicerce para o desenvolvimento de todos os estudos na área, é definido quatro princípios/pilares da governança corporativa: a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa (IBGC, 2015).

A Transparência está relacionada com a disponibilidade de informações que possam afetar ou não os *stakeholders*, independente de serem informações positivas ou negativas é de grande importância que se tenha transparência e que evidencie toda a realidade do patrimônio de determinada organização (IBGC, 2015).

A Equidade diz respeito ao tratamento justo e isonômico entre todos os *stakeholders* independente de sua participação ou posição privilegiada na empresa, ou seja, todos eles possuem o mesmo direito de receber determinadas informações, levando em consideração seus deveres, necessidades, interesses e expectativas (IBGC, 2015).

A prestação de contas (*accountability*) por meio dos agentes da governança deve apresentar clareza, precisão, compreensibilidade e informações oportunas, esses pontos visam contribuir e auxiliar para o melhor entendimento das informações, visto que a composição de partes interessadas possui uma grande diversidade, desde pessoas leigas no assunto como também especialistas. Devem atuar com zelo e responsabilidade, além de assumirem integralmente as consequências dos seus atos e omissões (IBGC, 2015).

Segundo o disposto pela Responsabilidade corporativa os agentes devem zelar por um desenvolvimento sustentável da organização, com foco na viabilidade econômico-financeira da organização e com um planejamento de curto, médio e longo prazo. Deverá levar em consideração os capitais que compõem a organização e seu modelo de negócio, como capital financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc. (IBGC, 2015).

Estes princípios possuem o objetivo de aumentar a longevidade da empresa e maior eficiência na gestão. Com isso as organizações passam a ser mais atrativas, visto que estão adotando um modelo que é mundialmente utilizado como parâmetro e que assegura o desenvolvimento de uma maior confiabilidade entre empresas e *stakeholders* (GRUPO BLB, 2016).

## 2.4 Bancos e sua importância para o desenvolvimento econômico e social

A atividade do banco pode ser definida como o conjunto de intermediações financeiras entre detentores de recursos e os tomadores de recursos (GATNER. MOREIRA E GALVES, 2009).

O setor bancário além de ser utilizado como intermediador do sistema financeiro nacional tem grande importância na concessão de financiamento a pessoas físicas e jurídicas, que conseqüentemente fomenta o desenvolvimento da economia no país, fomentando o desenvolvimento de atividades e ocasionalmente podendo gerar mais empregos (PAULA, 2014).

Os bancos privados possuem a função de captação de recursos de pessoas físicas ou jurídicas e a realocação de recursos no mercado, por meio de cheques, moeda corrente, outros meios de pagamentos, concessão de empréstimos. (ESCHER, 2013). Alguns exemplos de bancos privados que atuam no Brasil é o Itaú, Santander, Bradesco, Inter e diversos outros.

Os bancos públicos são criados pelo estado e nascem como instrumentos da política econômica, visando auxiliar o desenvolvimento do sistema financeiro e social do Brasil. Eles possuem o principal objetivo de atender a sociedade, diferentemente dos bancos privados, que tem um maior enfoque no retorno financeiro imediato (NOGUEIRA, 2017). No Brasil atualmente existem três grandes bancos públicos, o Banco do Brasil (controle parcial), a Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A revista Exame (2022) define as dez maiores empresas do Brasil, levando em consideração seu Market Cap (capitalização de mercado), ou seja, o valor total das ações em circulação de uma empresa em determinado momento. O ranking se da seguinte forma: 1º - Petrobras; 2º - Vale; 3º - Itaú Unibanco; 4º - Ambev; 5º - Bradesco; 6º - Weg; 7º - Santander; 8º - Eletrobrás; 9º - BTG; 10º - Banco do Brasil. Dentre as 10 empresas, cinco são banco, e serão analisadas neste trabalho.

Os estudos de Sampaio e Barbosa (2020) investigam a função social dos bancos públicos e sua importância no enfrentamento dos impactos da pandemia, eles concluem que os bancos públicos possuem elevada importância para as políticas públicas e agem de forma a amenizar os efeitos do covid-19. Dubena e Séllos-Knoerr (2014) também investigam os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica), e suas funções de inclusão e desenvolvimento na medida em que facilitam a obtenção de créditos para infraestruturas e classes menos favorecidas. E concluem que os bancos públicos são imprescindíveis, pois tornam possíveis as realizações de ações que dependam do crédito ofertado aos setores que não são prestigiados pelo setor privado, sendo assim esses bancos são propagadores do desenvolvimento e do empréstimo de dignidade a milhões de pessoas.

Silva (2006) utiliza-se de regressão quântica para investigar se há relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, e concluem que há uma relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, quanto maior o quantil (isto é, maior a taxa de crescimento econômico), maior é a contribuição do sistema financeiro para o crescimento econômico. Otake (2017) também investiga a possível relação positiva entre crédito bancário e crescimento econômico, focando nos impactos do crédito bancário no crescimento dos municípios brasileiros. Em sua pesquisa conclui que (i) o volume de crédito total disponível na economia tem relação positiva com o crescimento econômico local medido pelo PIB per capita; (ii) o volume de crédito proveniente dos bancos públicos

possui relação positiva com o crescimento econômico dos setores agropecuário e industrial; (iii) o crescimento econômico do setor de serviços está positivamente relacionado ao crédito proveniente dos bancos privados; (iv) o crédito proveniente dos bancos públicos possui relação positiva com o crescimento econômico antes, durante e após a crise econômico-financeira de 2008 e; (v) o crescimento econômico possui relação com a quantidade de agências bancárias nos municípios.

## 2.5 B3 – Brasil, Bolsa e Balcão

Em 2008, com a união da BM&F e a Bovespa Holding, nasce a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de valores, mercadorias e futuros. Em março de 2017, com o objetivo de se conectar, desenvolver e viabilizar o mercado financeiro e de capitais, a BM&FBOVESPA e a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip) uniram-se, e criaram a B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. A B3 é a bolsa do Brasil, uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, a maior depositária de títulos de renda fixa da América Latina e a maior câmara de ativos privados do país (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, [s.d.]).

Em 2000, no Brasil, com o intuito de estimular o interesse dos investidores e agregar mais valor as organizações, foram criados alguns segmentos especiais dos níveis de GC, a saber: o Novo Mercado, Nível um e Nível dois. Posteriormente, em 2012, com o foco em pequenas e médias empresas foram criados mais dois segmentos, a Bovespa Mais e a Bovespa Mais nível. À medida que uma empresa aumenta o nível de segmento para outro, as exigências aumentam, quanto aos requisitos e obrigações a que cada empresa deve cumprir (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, [s.d.]).

Apesar de não ser obrigatória a adesão, a criação dos altos níveis diferenciados de GC tem como objetivo aumentar o grau de governança, aumentar o nível de transparência junto com o fluxo de informações entre investidor e gestão, diminuição da assimetria informacional e aumento do valor de mercado das empresas que se enquadrem em tais segmentos (VILHENA e CAMARGO, 2015).

Como mencionado acima os níveis de governança possuem requisitos e exigências a depender do segmento no qual a empresa se enquadre ou deseje fazer parte, no quadro abaixo será exposto um comparativo das exigências para cada segmento:

**Quadro 1 - Comparativo de exigências com relação aos níveis de governança**

Itens	Novo mercado (a partir de 02/01/2018)	Nível 1	Nível 2	Básico
<b>Ações emitidas</b>	Somente ações ON	Ações ON e PN (com direitos adicionais)	Ações ON e PN (conforme legislação)	Ações ON e PN (conforme legislação)
<b>Percentual mínimo de ações em circulação</b>	Regra geral: 20%; Regra alternativa: 15% respeitando exigências da lei e regulamento.			Não há regra
<b>Oferta pública de distribuição de ações</b>	Esforços de dispersão acionária, exceto para ofertas destinadas a um público restrito de investidores (vide Ofício 009/2023-DIE).			Não há regra específica

<b>Vedação a disposições estatutárias</b>	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas".		Não há regra específica	Não há regra específica
<b>Composição do conselho de administração</b>	Mínimo de três membros (conforme legislação), dos quais, pelo menos, 2 ou 20% (o que for maior) devem ser independentes, com mandato unificado de até 2 anos.	Mínimo de 5 membros, dos quais, pelo menos, 20% devem ser independentes, com mandato unificado de até 2 anos (vide ofício 010/2023-DIE).	Mínimo de 3 membros, dos quais, pelo menos 20% devem ser independentes (conforme legislação/ regulamentação), com mandato unificado de até 2 anos (vide ofício 010/2023-DIE).	
<b>Vedação da acumulação de cargos</b>	Mesma regra do Bovespa mais, com exceção à vedação para companhias de menor porte, nos termos da regulamentação da CVM, não se aplica às companhias listadas nos segmentos especiais.		Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa.	
<b>Obrigações do Conselho de Administração</b>	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações de emissão da companhia		Não há regra específica	Não há regra específica
<b>Demonstrações financeiras</b>	Traduzidas para o inglês	Conforme legislação	Conforme legislação	Conforme legislação
<b>Informações em inglês, simultâneas à divulgação em português.</b>	Fatos relevantes, informações sobre proventos e <i>press release</i> de resultados.	Não há regra específica, além das DFs (vide item acima).	Não há regra específica	Não há regra específica
<b>Reunião pública anual</b>	Em até 5 dias úteis após a divulgação de resultados trimestrais ou das demonstrações financeiras, de apresentação pública.	Obrigatória (presencial)	Obrigatória (presencial)	Facultativa
<b>Calendário de eventos corporativos</b>	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
<b>Divulgação adicional de informações</b>	Regimentos do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e do Conselho Fiscal,	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de	Não há regra específica

	quando instalado; Política de remuneração, membros do conselho de administração, gerenciamento de risco, transação com partes relacionadas, negociação de valores mobiliários. Divulgação anual de relatório resumido do comitê de auditoria; ou trimestral de ata de reunião do Conselho de administração.		conduta	
<b>Concessão de Tag Along</b>	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)	80% para ações ON (conforme legislação)
<b>Saída do segmento / Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA)</b>	Realização de OPA por preço justo, com quórum de aceitação ou concordância com a saída do segmento de mais de 1/3 dos titulares das ações em circulação (ou percentual maior previsto no Estatuto Social).	Realização de OPA, no mínimo, pelo valor econômico em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migração para Novo Mercado.	Não aplicável	Não aplicável
<b>Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	Obrigatória	Obrigatória	Facultativo	Facultativo
<b>Comitê de Auditoria; auditoria interna; Compliance.</b>	Obrigatória à instalação de comitê de auditoria, a existência de área de auditoria, a implementação de funções de <i>compliance</i> , controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.	Facultativo	Facultativo	Facultativo

Fonte: adaptação Brasil, Bolsa, Balcão, [s.d.].

## 2.6 Estudos relacionados

Devido à relevância e contemporaneidade das temáticas associadas à governança corporativa, a academia tem produzido pesquisas que investigam e discutem questões relacionadas.

O trabalho de Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021) investiga o grau de divulgação sobre governança corporativa, e faz uma comparação entre o setor varejista e demais setores da B3. Para seleção das empresas foi utilizado o ranking de “As 300 maiores empresas do varejo brasileiro 2019”, e para os outros setores utilizou-se o ranking do valor econômico “Ranking das 1000 maiores”. Faz uma análise baseada num questionário composto de 19 perguntas não binárias, a fim de obter o resultado esperado. O trabalho conclui que embora o setor varejista tenha mais empresas listadas em segmentos diferenciados da B3 ela possui um nível de divulgação de governança menor em 6,94 que os demais setores.

Marques et al. (2018) investiga o nível de divulgação de informações sobre GC em empresa do setor elétricas listadas na B3, e faz uma comparação entre o nível de divulgação e o nível diferenciado que cada empresa pertence ou não. A análise é feita por meio de 16 perguntas não binárias adaptado de estudos anteriores e relativos às boas práticas de governança corporativa. Teve como resultado que as empresas apresentaram 2/3 relativos às boas práticas, e foi observada a maior média operadoras com o nível diferenciado de GC. E com relação à comparação entre o grau de divulgação e o segmento a qual pertence conclui que não existe diferença entre empresas que possuem algum segmento diferenciado das empresas que não possuem. Apesar de o setor elétrico ter um alto grau de regulamentação o trabalho enfatiza que boa parte das 16 perguntas não fazem obrigações das empresas do setor elétrico, são disponibilizadas de forma voluntária. E traz como justificativa para o resultado da comparação entre o nível diferenciado e o grau de divulgação o mercado monopolista em que estas empresas operam, além de algumas dessas empresas também possuem participação governamental.

O estudo feito por Conzzati, Besen, Junior (2021) investiga a adequação das maiores empresas, no ano de 2018, dos 11 setores da B3 com relação ao seu nível de governança Corporativa. Foi feita uma análise dedutiva a partir de um questionário composto por 19 perguntas voltadas para adequação de práticas da governança corporativa. O trabalho conclui que nenhuma empresa atingiu 100 % dos requisitos, e tiveram como média geral ao nível de adequação de 70%, que é considerado uma média não muito alta levando em consideração que as empresas selecionadas são as maiores de cada setor.

Adriana Baller et al.,(2018) investigam grau de adoção as práticas de governança corporativa por 27 instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina. A análise é feita através de checklist composto por 19 perguntas sobre práticas de GC. O estudo conclui que as instituições apresentam baixo nível de evidenciação das boas práticas de GC, e sugere a reavaliação de suas práticas como forma de reestabelecer um relacionamento de confiança com os seus *stakeholders*.

Lugoboni et al. (2018) faz uma análise de aspectos (oito aspectos elaborados pelo autor) da GC nos relatórios da administração de 2015 em 28 instituições financeiras listadas na B3. A pesquisa conclui que teve pouca evidenciação sobre governança corporativa, com ressalva para aspectos como transparência e responsabilidade corporativa que tiveram uma evidenciação considerável nos relatórios.

### 3 METODOLOGIA

Quanto aos seus objetivos esta pesquisa possui caráter descritivo, pois será estabelecida uma relação entre as variáveis obtidas através do *checklist* e o grau de governança apresentado pelas empresas. Segundo Moresi (2003, p 8) “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza”. Já Prodanov e Freitas (2013, p 52) definem que “pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” Vergara (2004, p. 47) define a pesquisa descritiva como a que “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno [...]. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Sob a perspectiva de abordagem do problema ela possui característica quantitativa, Martins e Theóphilo (2007, p. 103) afirmam que nesse tipo de pesquisa “[...] o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”. Moresi (2003, p 8) afirma que a pesquisa quantitativa consiste na tradução de números em opiniões e informações, para que possam ser classificados e posteriormente analisados. Além disso, utiliza-se de técnicas da estatística como porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, etc.

Quanto aos procedimentos adotou-se a pesquisa documental que para Raupp e Beuren (2008, p. 89) é aquela que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, além disso, utilizou-se de documentos de segunda mão que segundo Gil (2002) baseia-se em materiais que já foram analisados de alguma forma como relatórios de empresas, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas etc.

#### 3.1 Coleta de dados

A seleção das empresas foi definida com a estratificação do setor financeiro, subsetor de intermediários financeiros e segmento de bancos, listadas na B3 no ano 2022, que totaliza 26 empresas.

Foram utilizados o site da B3 e o próprio site de relação com investidores das empresas para a coleta de dados, preenchimento do *checklist* e posteriormente a análise desses dados.

#### 3.2 Checklist e variáveis analisadas

**Quadro 2** - Checklist das variáveis

Nº	Pergunta	Variável
1	É possível verificar a existência do Relatório de Administração?	RA
2	É possível verificar a existência do Relatório de Sustentabilidade ou relato integrado?	RS/RI

3	É possível verificar a existência de uma seção que se refira a Governança Corporativa?	GC
4	É possível verificar a existência de informações acerca da Relação com Investidores?	RI
5	É possível verificar a existência de um Código/Manual de Ética/Conduta?	CodEtic
6	É possível verificar a existência de um Conselho Fiscal?	ConsFisc
7	É possível verificar a existência de um Comitê de Auditoria?	ComitAud
8	É possível verificar a existência de Auditoria Interna?	AudInter
9	É possível verificar informações acerca da remuneração globais ou incentivadas aos administradores?	RemunAdmin
10	É possível verificar informações financeiras que possibilitem análise temporal (mais de dois exercícios)?	InfoFinanc
11	É possível verificar informações operacionais que possibilitem análise temporal (mais de dois exercícios)?	InfoOperac
12	É possível verificar a informação acerca da composição do Conselho de Administração?	CompCA
13	É possível verificar a informação acerca da composição dos principais executivos (Presidente, VP e Diretorias)?	CompExecut
14	É possível verificar se há conselheiros externos?	CAExtern
15	É possível verificar informações sobre a estrutura acionária?	EstrutAccion
16	É possível verificar a existência de ações com direito a voto?	Ação Voto
17	É possível verificar a existência de canal interno formal de denúncias e reclamações (ouvidoria)?	Ouvid
18	É possível verificar se as funções de presidente do conselho e presidente executivo são exercidas por pessoas diferentes?	PresidCA
19	É possível verificar a existência de práticas ou políticas destinadas ao gerenciamento de riscos/controles interno/ <i>compliance</i> ?	RisCompli

Fonte: Adaptado de (BARROSO; VIANNA; QUEIROZ; FELIX, 2021).

O quadro 2 foi elaborado por Marques et al, e posteriormente sofreu uma adaptação por Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021) que consiste no acréscimo e desdobramento de perguntas como forma de atualizá-las a fim de acompanhar as mudanças ocorridas na literatura e legislação. Neste trabalho será utilizado o quadro adaptado de Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021), que consiste no *checklist* com 19 perguntas, com o acréscimo de um item a pergunta de número 2. Algumas empresas não divulgaram o relatório de sustentabilidade, mas fizeram a divulgação do relato integrado, por serem documentos ligados a *environmental, social and governance (ESG)*, será considerado o relatório de sustentabilidade ou o relato integrado para fins de pontuação.

Será utilizado o método binário, consiste na atribuição de um para a presença de tal variável, e zero quando é observada a ausência dessa variável nas empresas.

Após a coleta e interpretação dos dados será utilizada a análise descritiva dos resultados a fim de investigar o que se pretende. Das técnicas da estatística será utilizada porcentagem, média, moda, valores mínimos e máximos.

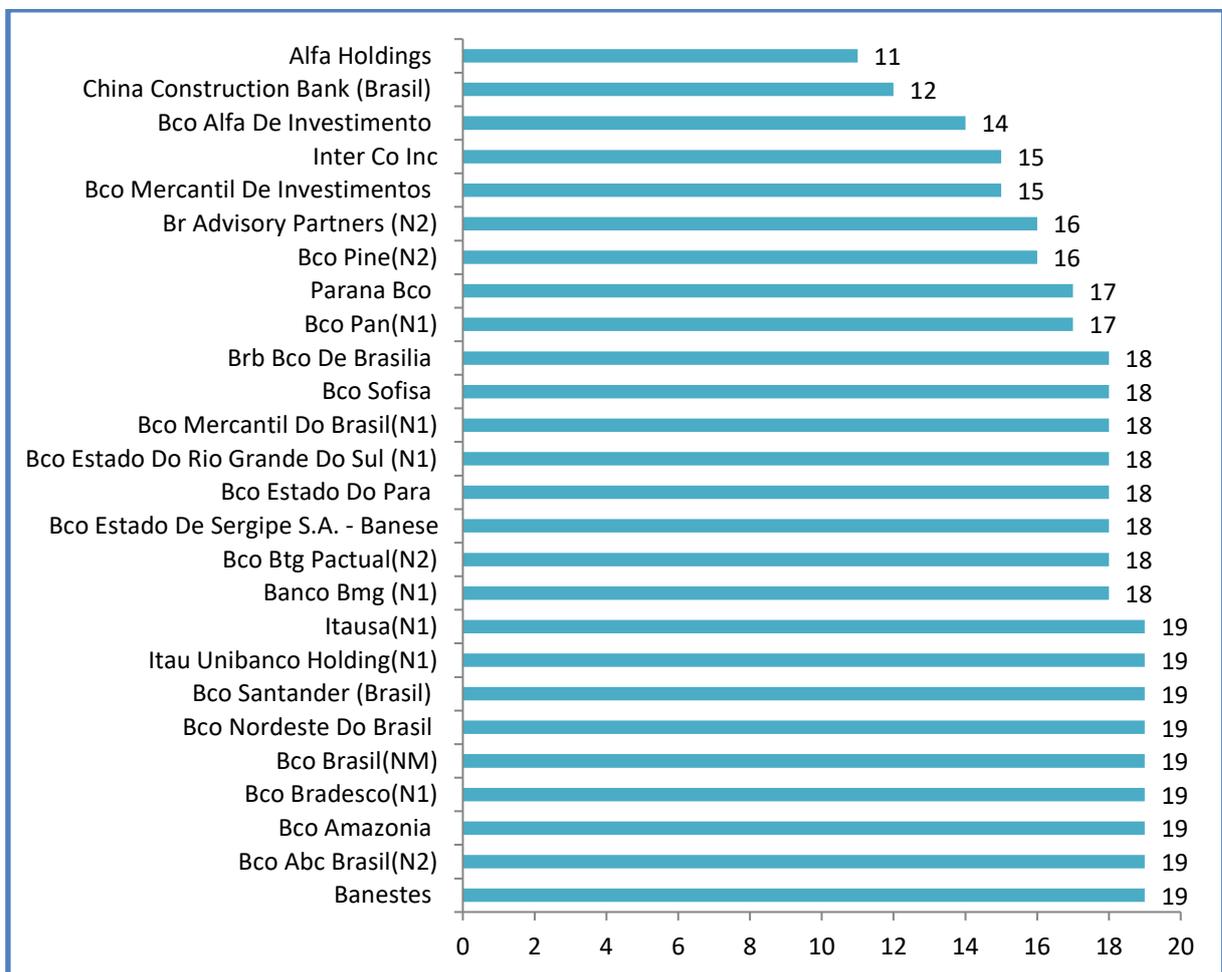
## 4 RESULTADO E DISCURSÕES

A seguir serão demonstrados os resultados da pesquisa, levando em consideração o objetivo geral de analisar o grau de governança dos e os objetivos específicos de análise com relação ao nível de segmento e outras particularidades.

### 4.1 Desempenho geral dos Bancos

A primeira parte da análise será sobre o desempenho das 26 empresas quanto à pontuação individual obtida com relação às variáveis investigadas nesta pesquisa

**Gráfico 1 - Pontuação geral das empresas**



**Fonte:** elaborado pelo autor (2023)

A pontuação máxima obtida foi de 19 pontos, 9 empresas obtiveram pontuação máxima, isso corresponde a 34,62% da amostra. A pontuação mínima foi de 11, apenas uma empresa obteve essa pontuação, isso corresponde a 3,85% da amostra.

A média obtida da amostra foi de 17,23, 17 empresas estão acima da média, em termos percentuais isso corresponde a 65,38% da amostra, e 9 empresas obtiveram pontuação inferior à média, isso corresponde a 34,62% da amostra.

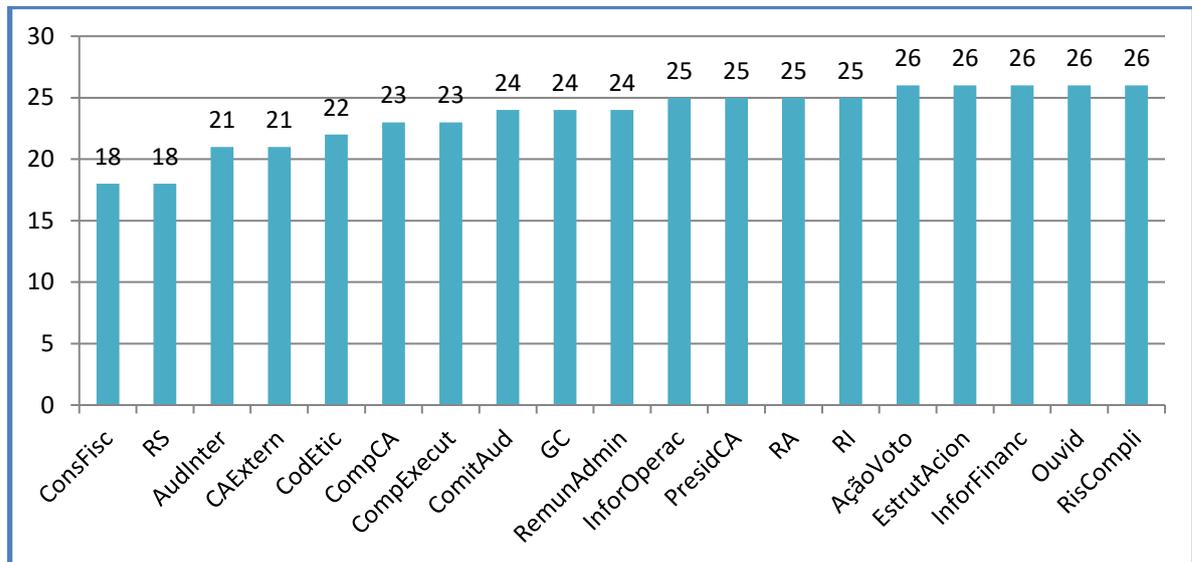
Em comparação com os resultados da pesquisa de Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021), os bancos obtiveram uma média com pouca diferença com relação à média de 17,05 do setor de varejo. Já com relação à média de 18,36 de outros setores os bancos obtiveram média inferior. Vale ressaltar que a amostragem de empresas do varejo apresenta 86,36% das empresas em algum nível diferenciado e as empresas de outros setores possui 81,81% de empresas com níveis diferenciados, já os bancos possuem apenas 46% da amostra com empresas com níveis diferenciados. Dessa forma não é possível verificar diferença muito grande entre a média do varejo e outros setores contra a média dos bancos.

Já em comparação com a pesquisa de Marques et.al (2018) os bancos tiveram uma um valor superior com relação à média em termos percentuais, os bancos obtiveram média igual a 90,68%, já o setor elétrico obteve média igual a 77,36%. A amostragem do setor elétrico é composta por 44,36% de empresas com níveis diferenciados.

#### 4.1.1 Desempenho geral das variáveis

Em seguida será analisado o desempenho geral das variáveis do trabalho. A pesquisa apresenta o total de 19 variáveis para uma amostra de 26 empresas, ou seja, cada variável pode obter um total máximo de 26 pontos.

**Gráfico 2 - Pontuação geral das variáveis**



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Do total de 26 variáveis apenas cinco variáveis obtiveram pontuação máxima de 26 pontos, isso corresponde a 26,32% da amostra. A seguir serão apresentadas as variáveis que obtiveram pontuação máxima pela existência ou possibilidade de verificação da variável: (16) Existência de ações com direito ao voto – AçãoVoto; (15) Possibilidade de verificar a composição da estrutura acionaria – EstrutAcion; (11) Informações financeiras que possibilitem análise temporal de mais de dois exercícios; (17) Existência de ouvidoria – Ouvid; (19) Existência de práticas de gerenciamento de riscos/controles interno/compliance? - RisCompli.

As 19 variáveis obtiveram uma média aritmética de 23,58, isso representa 90,69% em termos percentuais. Apenas 12 variáveis apresentaram o valor acima da

média, isso corresponde a 63,16% do total, e 7 variáveis ficaram abaixo da média, isso corresponde a 36,84% das variáveis.

Com relação à pesquisa de Barroso, Vianna, Queiroz, Felix (2021) as variáveis aplicadas ao setor de varejo obtiveram média equivalente a 89,72% corresponde a um valor inferior em comparação com as variáveis aplicadas aos bancos que obtiveram uma média correspondente a 90,69%.

Variáveis acima da média pela existência ou possibilidade de identificar: (7) Comitê de Auditoria -; (3) Governança Corporativa – GC; (9) Remuneração global ou incentiva aos administradores - RemunAdmin; (11) Informações operacionais - InfoOperac; (18) Presidente do conselho e presidente executivo - PresidCA ; (4) Relação com Investidores - RI; (1) Relatório da administração – RA ; (10) Informações financeiras; (15) Composição da estrutura acionaria - EstrutAcion ; (16) Ações com direito ao voto - AçãoVoto; (17) Ouvidoria - Ouvid; (19) gerenciamento de riscos/controles interna/compliance – RisCompli.

Quanto as variáveis com valores abaixo da média o Conselho fiscal (ConsFisc) e o relatório de sustentabilidade/relato integrado (RS/RI) obtiveram pontuação igual a 18, é a pontuação mínima da análise, equivale a 69,23%. A existência de Auditoria interna (Audinter) e a existência de conselheiros externos (CAExtern) obteve pontuação de 21 pontos, isso equivale a 80,76%. A existência de condigo/manual de ética (CodEtic) obteve pontuação igual a 22, que corresponde a 84,61%. Quanto à composição do conselho da administração (Compca) e informações sobre os principais executivos (Compexecut) obtiveram pontuação igual a 23 pontos, isso representa 88,46%.

#### 4.2 Comparações entre bancos com nível diferenciado (CN) e empresas sem nível diferenciado (SN)

A segunda parte da análise será feita uma comparação entre empresas que possuem nível diferenciado de governança corporativa (CN) e as empresas que não possuem nível diferenciado de governança corporativa (SN). O gráfico 3 mostra qual a composição da amostra quanto ao seu nível de governança e as que não possuem nenhum nível:

**Gráfico 3** - Composição de empresas CN e empresas SN



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Quanto à composição das empresas representadas pelo gráfico 3, sete empresas estão classificadas como nível 1, isso representa 27% da amostra; 4 empresas estão do nível 2, isso representa 15% da amostra e apenas 1 empresa pertence ao novo mercado (NM), que representa 4%, totalizando em 12 empresas que possuem algum nível diferenciado de governança, isso representa 46% da

amostra. Quatorze empresas não possui nenhum nível diferenciado, isso representa 54% da amostra.

A Tabela 1 a seguir evidencia informações comparativas entre empresas com nível diferenciado e empresas que não possuem nível diferenciado quanto a sua pontuação e a média geral de 17,23 de todas as empresas, evidenciando valores que estão acima e abaixo da média.

**Tabela 1** - Comparação entre empresas SN e empresas CN que estão acima e abaixo da média

<b>Segmento</b>	<b>Acima da média</b>	<b>Percentual</b>	<b>Abaixo da média</b>	<b>Percentual</b>	<b>Total</b>
<b>N1</b>	6	86%	1	14%	7
<b>N2</b>	2	50%	2	50%	4
<b>NM</b>	1	100%	0	0%	1
<b>TOTAL</b>	9	75%	3	25%	12
<b>SN</b>	8	<b>57%</b>	6	<b>43%</b>	<b>14</b>

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

O segmento N1 apresenta 6 empresas acima da média, em termos percentuais isso representa 86% do segmento, e apresenta apenas 1 empresa abaixo da média, em termos percentuais isso corresponde a 14%. O segmento N2 apresenta 2 empresas acima da média e 2 empresas abaixo da média, em termos percentuais isso corresponde a 50% acima e 50% abaixo da média. O segmento do novo mercado apresenta 1 empresa acima da média, isso corresponde a 100% acima da média. Em termos globais 9 empresas com nível diferenciado estão acima da média, isso corresponde a 75%, e 3 empresas que possuem nível diferenciado estão abaixo da média, isso representa 25% em termos percentuais. As empresas sem nível diferenciado possuem 8 empresas acima da média, isso representa 57%, 6 das empresas sem nível diferenciado estão abaixo da média e isso corresponde a 43%. Além disso, as empresas com nível diferenciado obtiveram média aritmética de 18 pontos, já as empresas sem nível diferenciado obtiveram 16,6 de média aritmética. Por meio desse quadro é possível identificar os bancos com níveis diferenciados possuem maior grau de governança quanto a sua pontuação global em comparação com os bancos que não possuem nível diferenciado.

A pesquisa de Marques et al (2018) faz um comparativo entre empresas do setor elétrico que possuem níveis diferenciados de governança e as que não possuem, com relação à média geral das empresas é possível identificar que empresas CN possuem maiores pontuações de governança em comparação com empresas SN. No decorrer da pesquisa são utilizados mais dois testes estatísticos e em ambos os testes é possível afirmar que não existe influência significativa quanto ao grau de governança de empresas com níveis diferenciados em comparação com as que não possuem.

**Tabela 2 - Comparação entre variáveis de empresas CN e empresas SN**

<b>Variáveis</b>	<b>CN</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>SN</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>RA</b>	12	100%	12	13	93%	14
<b>RS/RI</b>	9	75%	12	9	64%	14
<b>GC</b>	12	100%	12	12	86%	14
<b>RI</b>	12	100%	12	13	93%	14
<b>CodEtic</b>	11	92%	12	11	79%	14
<b>ConsFisc</b>	8	67%	12	10	71%	14
<b>ComitAud</b>	12	100%	12	12	86%	14
<b>AudInter</b>	10	83%	12	11	79%	14
<b>RemunAdmin</b>	10	83%	12	14	100%	14
<b>InforFinanc</b>	12	100%	12	14	100%	14
<b>InforOperac</b>	12	100%	12	13	93%	14
<b>CompCA</b>	12	100%	12	11	79%	14
<b>CompExecut</b>	12	100%	12	11	79%	14
<b>CAExtern</b>	12	100%	12	9	64%	14
<b>EstrutAccion</b>	12	100%	12	14	100%	14
<b>AçãoVoto</b>	12	100%	12	14	100%	14
<b>Ouvid</b>	12	100%	12	14	100%	14
<b>PresidCA</b>	12	100%	12	13	93%	14
<b>RisCompli</b>	12	100%	12	14	100%	14
<b>Total</b>	216		228	232		266
<b>Percentual</b>	95%			87%		

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Considerando a amostra de 12 empresas que possuem nível diferenciado (CN) e 19 variáveis isso totaliza pontuação geral máxima de 228 pontos, entretanto essa amostra pontuou 216 pontos, isso representa 95% da pontuação máxima. Já as empresas SN possuem pontuação máxima de 266 pontos, entretanto obtiveram pontuação igual a 266, que representa 87% da pontuação máxima. Logo, temos que as empresas CN obtiveram pontuação máxima em 14 das perguntas, já as empresas SN obtiveram pontuação máxima em apenas 6 das perguntas, que representa 42,85%. Das 6 perguntas com pontuação máxima das empresas SN, apenas uma não foi pontuada com valor máximo pelas empresas CN.

Com relação ao relatório da administração (RA) as empresas CN pontuaram em 100%, e as empresas SN tiveram pontuação igual a 13 pontos, isso representa 93%. Apesar de ser algo comum e essencial, uma das empresas analisadas não apresentou o relatório da administração.

Com relação ao relatório de sustentabilidade ou relato integrado (RS/RI) apenas 9 empresas CN divulgaram os relatórios, ou seja, 75% das empresas. Já as

empresas SN tiveram apenas 9 empresas que divulgaram que representa 64%. Isso demonstra a falta de informação quanto ao princípio de responsabilidade corporativa e a falta de informações ligadas ao *environmental, social and governance (ESG)* por ambos os tipos de empresas.

Quanto às informações que se refiram à governança corporativa (GC) as empresas CN tiveram pontuação máxima, já as empresas SN tiveram pontuação igual a 12, isso equivale a 86%.

Com relação a informações acerca de relação com investidores (RI) as empresas CN tiveram pontuação máxima, já as empresas SN tiveram pontuação de 13 pontos que representa 93% do valor total.

Com relação à existência do código de ética (CodEtic) 11 empresas CN pontuaram, isso representa 93%, e 11 empresas SN pontuaram, isso representa 79%.

Com relação ao conselho fiscal (ConsFisc) as empresas CN tiveram pontuação igual a 8, em termos percentuais isso representa 67%, já as empresas SN tiveram 10 pontos, isso representa 71%.

Com relação à auditoria interna (AudInter) as empresas CN obtiveram 10 pontos, isso equivale a 83%, já as empresas SN tiveram pontuação igual a 11, equivalente a 79%. É obrigatória a existência da área de auditoria interna para as empresas do novo mercado e facultativo para os outros tipos de empresas.

Com relação às informações de remuneração dos administradores (RemunAdmin) as empresas CN tiveram 10 pontos, isso representa 83%, já as empresas SN tiveram pontuação máxima. As empresas sem nível diferenciado obtiveram vantagem nessa variável sobre as empresas CN. Essas informações são obrigatórias para as empresas do novo mercado, e facultativo para os outros tipos de empresas.

Com relação à existência do comitê de auditoria (ComitAud) todas as empresas CN possuem o comitê, apenas 12 empresas SN possuem o comitê, isso equivale a 86%. O comitê de auditoria é obrigatório para empresas do novo mercado, e facultativo para os outros níveis de segmento.

Com relação à disponibilização e possibilidade de fazer uma análise temporal de informações operacionais e financeiras por mais dois exercícios (InforFinanc e InforOperac) ambos os tipos de empresas tiveram pontuação máxima, exceto por uma empresa SN que não disponibilizou informações operacionais de mais de dois exercícios, representando 93% para a variável InforOperac.

Com relação à composição do conselho da administração (CompCA) as empresas CN pontuaram 100% para essa variável, e as empresas SN obtiveram 11 pontos, isso corresponde a 79% em termos percentuais, pois não foi possível encontrar informações sobre a composição do conselho da administração para essas 3 empresas.

Com relação a informações sobre a composição dos principais executivos (CompExecut) as empresas CN tiveram pontuação máxima, e as SN obtiveram pontuação de 11 pontos, em termos percentuais isso representa 79%.

Com relação à existência de conselheiros externos (CAExtern) todas as empresas CN apresentavam conselheiros externos, e apenas 9 das empresas SN apresentavam a presença de conselheiros externos, isso equivale a 64%. Empresas do Novo mercado devem ter pelo menos 3 membros dos quais pelo menos 2 ou 20% devem ser independentes; o nível 1 e o básico devem possuir pelo menos 3 membros dos quais 20% deve ser independente; o nível 2 deve possuir no mínimo 5 membros dos quais pelo menos 20% deve ser independente.

Com relação às ações com direito ao voto (AçãoVoto) ambos os tipos de empresas tiveram pontuação máxima. O novo mercado deve ter apenas ações ordinárias, o N1, N2 e básicos podem ter ações ordinárias e preferenciais.

Com relação à possibilidade de verificação da estrutura acionária (EstrutAcion) e a presença de ouvidoria (Ouvid) todas as empresas tiveram pontuação máxima.

Com relação ao presidente executivo e presidente do conselho administração ser ocupado por pessoas diferentes (PresidCA) as empresas CN tiveram pontuação máxima, já as empresas SN tiveram 13 pontos, isso equivale a 93%, ou seja, não foi possível identificar se o presidente executivo e o presidente do conselho são pessoas diferentes de apenas uma empresa. É vedado esse tipo de acumulação de cargos para todos os tipos de empresas dessa amostra.

Quanto a práticas de gerenciamento de risco/controle interno/compliance (RisCompli) todas as empresas tiveram pontuação máxima quanto a essa variável. Essas práticas são obrigatórias para todas as empresas do novo mercado, sendo facultativo para os outros tipos de empresas.

Apesar dos bancos terem grau de importância significativo para a economia do país, eles não tiveram pontuação máxima quanto ao grau de GC esperado, o setor precisa evoluir quanto às adequações as práticas de governança.

Apesar das exigências relacionadas às empresas que possuem níveis diferenciados foi possível identificar déficit quanto ao grau de GC, nem todas obtiveram pontuação máxima com relação às variáveis, embora tenham apresentado maior grau de governança em comparação com bancos que não possuem níveis diferenciados de governança.

O quadro 1 demonstra que suas exigências têm maior impacto nas empresas do novo mercado com relação às variáveis analisadas, pois a maioria das exigências é voltada para esse segmento, influenciando para que elas obtenham pontuação maior nas variáveis. Entretanto, a amostra da pesquisa possui apenas 1 empresa do NM, logo, as exigências do quadro 1 não possuem tanta influência na amostra de empresas da pesquisa que possuem níveis diferenciados, pois a amostra é composta em sua maioria por empresas nível 1 e nível 2.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa possui o objetivo geral de investigar o grau de governança corporativa em empresas do setor financeiro, listadas na B3 do segmento de bancos no ano de 2022. E possui o objetivo secundário de investigar se empresas com níveis diferenciados de GC possuem grau superior, quanto a sua pontuação, em comparação com as empresas que não pertencem aos níveis diferenciados da B3.

Em resposta ao objetivo principal quanto à pontuação geral das empresas, elas obtiveram média igual 17,23, isso equivale a 90,68%%, ou seja, reflete um déficit quanto à governança corporativa no setor, ela precisa ser melhorada, são empresas que possuem alto grau de importância para a economia do país, além de serem sociedades anônimas com capital aberto. E apresentam uma amostra composta por 46% de empresas com nível diferenciado, que segundo as informações da B3 trazem algumas obrigações adicionais dependendo do seu nível governança. Além disso, apenas 5 perguntas obtiveram pontuação máxima, isso representa um valor muito baixo, em termos percentuais representa apenas 26,31%.

Com relação à comparação entre empresas CN e empresas SN, as CN apresentaram 75% das empresas acima da média, e 25% abaixo da média, as SN

apresentaram 57% acima da média, e 43% abaixo da média. Além disso, foram analisadas as variáveis individuais para cada tipo de empresa, as CN obtiveram pontuação máxima em 14 variáveis, equivalente a 73,68%, já as empresas SN obtiveram pontuação máxima em apenas 6 variáveis, que equivale a 31,57%, é um valor relativamente baixo. Por meio dessas análises é possível identificar que empresas CN possuem maiores pontuações em comparação com as empresas SN.

De modo geral os bancos precisam melhorar o grau de governança, apesar das diferenças de pontuações nenhum grupo teve pontuação máxima em todas as variáveis, isso indica que elas precisam se adequar melhor as práticas de governança corporativa.

Vale ressaltar que o estudo apresenta limitação quanto à amostra da empresa, as informações obtidas são relacionadas apenas ao segmento de bancos, dessa forma não pode ter o resultado utilizado para que seja explicado o grau de governança de outros setores, para informações gerais sobre outros setores faz-se necessário aumentar a amostra de empresas, englobando diversos setores a fim de identificar se níveis diferenciados influenciam ou não o grau de governança das empresas.

Dado a limitação dessa pesquisa é válida para pesquisas futuras uma análise com um aprofundamento maior englobando empresas de vários setores para entender se as empresas CN possuem maior grau de governança em comparação com as que não possuem, desde que leve em consideração exigências específica previstas na legislação e nas regulamentações da B3 para cada tipo de setor, para que possa ser feito o tratamento justo dos dados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 9000/2015 - **Sistema de Gestão da Qualidade: Fundamentos e Vocabulário**. Rio de Janeiro, ABNT, 14 p.

DA SILVA, C. A.; DE PINHO FILHO, E. L. C.; VENTURI, J. L. GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM DÍALOGO ENTRE A GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E A CONTABILIDADE. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 2, p. 35–53, 2019.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Estrutura normativa**. Disponível em: <[https://www.b3.com.br/pt\\_br/regulacao/estrutura-normativa/regulamentos-e-manuais/listagem.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/estrutura-normativa/regulamentos-e-manuais/listagem.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Segmentos de listagem**. Disponível em: <[https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ADRIANA BALLER, E. et al. Evidenciação das práticas de governança corporativa nas Instituições de Ensino Superior (IES) fundacionais catarinenses. **Revista Brasileira de Contabilidade**, p. 62–75, 2018.

BARROSO, T. F.; VIANNA, D. S. D. C.; QUEIROZ, J. M.; FELIX, R. M. D. S. **Governança Corporativa: Uma Comparação entre O Grau de Divulgação das Empresas do Varejo e as de Outros Setores da B3.** Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, XVIII, **Anais.** São Paulo, 2021.

BELÉM, V. C.; GARTNER, I. R. Análise Empírica dos Buffers de Capital dos Bancos Brasileiros no Período de 2001 a 2011. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 27, n. 70, p. 113-124, 2016.

GRUPO BLB. **Princípios de governança corporativa que as empresas devem seguir.** Disponível em: <<https://blbauditoresconsultores.com.br/blog/principios-de-governanca-corporativa/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa.** Rio de Janeiro: CVM, 2002. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JESUS, M. T. d. **O papel do setor bancário para o crescimento económico de Angola.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade Portucalense (Portugal).

VILHENA, F. A. C. DE; CAMARGOS, M. A. GOVERNANÇA CORPORATIVA, CRIAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: EVIDÊNCIAS DO MERCADO BRASILEIRO COM DADOS EM PAINEL, 2005-2011. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 1, p. 77–96, 2015.

DIAS, S. V. dos S. **Manual de controles internos: desenvolvimento e implantação, exemplos e processos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2010.

DUBENA, P. S.; DE SÉLLOS-KNOERR, V. C. BANCOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 36, p. 422–458, 2014.

ESCHER, M. J. **Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos comerciais.** 2014.

FERRAZ, J. C.; ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. F. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 5-42, dez. 2013

GARTNER, I. R.; MOREIRA, T. B. S. & GALVES, H. M. Análise do risco setorial como instrumento de controle gerencial em instituições financeiras. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 5, art. 22, p. 107-129, 2009.

GIACOMELLI, G. et al. **Governança corporativa.** Porto Alegre: Sagah, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, R. S. **Governança corporativa: o poder de transformação das empresas.** São Paulo: Trevisan Editora, 2012.

INNOCENTI, R. M.; VICENTE, E. F. R.; GASPARETTO, V. Evidenciação Voluntária de Boas Práticas de Governança Corporativa em Fundações Privadas, à Luz do IBGC. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 104, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.

LUGOBONI, L. F.; DIAS, A. S.; NASCIMENTO, J. O. do; ARAUJO, J. A. O. de; ZITTEI, M. V. M. Aspectos de governança corporativa nos relatórios de Administração de instituições financeiras. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 182–205, 2018.

MARQUES, D. L. M. et al. **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA POR OPERADORAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO LISTADAS NA BMF&BOVESPA**. Anais do X CASI - X Congresso de Administração, Sociedade e Inovação. Anais...2018. . Acesso em: 29 nov. 2023

MARTINS, G. d. A.; THEÓPHILO, C. R.; **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 2ª Ed., São Paulo, 2009.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NASSIF, E.; Souza, C. L. de. (2013). **Conflitos de agência e governança corporativa**. Caderno de Administração. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-20. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/PC/Downloads/9496-Texto%20do%20artigo-73555-1-10-20160517.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NOGUEIRA, Y. C. **Bancos públicos: vantagens e desvantagens de sua existência**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/bancos-publicos-vantagens-e-desvantagens-de-sua-existencia/451671611>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

OECD – Organization for economic co-operation and development. **OECD Principles of corporate governance, Paris**, 1999. Disponível em: <[https://one.oecd.org/document/C/MIN\(99\)6/En/pdf](https://one.oecd.org/document/C/MIN(99)6/En/pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2023.

OTAKE, A. **Impactos do crédito bancário no crescimento econômico dos municípios brasileiros (impacts of bank credit on the economic growth of Brazilian municipalities)**. SSRN Electronic Journal, 2017.

PAULA, L. F. R. **Sistema financeiro, bancos e financiamento da economia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. d. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. (2003). **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas.

EXAME. Invest. 2022. **TOP 10 maiores empresas do Brasil - Petrobras, Vale e Itaú na lista!**, Disponível em: <<https://exame.com/invest/guia/quais-sao-as-maiores-empresas-do-brasil/>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2014..

SAMPAIO, D. P.; BARBOSA, R. da S. **A importância dos bancos públicos no enfrentamento aos impactos da Covid-19 no Brasil: elementos para debate.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 17, n. 30, p. p. 160-171, 2020..

SILVA, A. L. C. d. **Governança corporativa e sucesso empresarial: Melhores práticas para aumentar o valor da firma.** São Paulo: Saraiva 2014.

SILVA, E. N. DA; PORTO JÚNIOR, S. DA S. **Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica.** Economia aplicada, v. 10, n. 3, p. 425–442, 2006.

SILVA, M. DE C. E. **Crédito bancário e desenvolvimento sustentável nas instituições financeiras brasileiras.** 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVEIRA, A. D. M. d. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004